



Universidade Federal Fluminense

ESCOLA DE ENFERMAGEM
AURORA DE AFONSO COSTA



Concepções de mulheres com deficiência física sobre a maternidade: um estudo exploratório-descritivo

Camila Fernandes da Silva Carvalho¹, Rosineide Santana de Brito¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO

Problema: A convivência da mulher com sua deficiência e a influência desta em sua vida, como também no meio familiar e social, interferem em decisões importantes, a exemplo da maternidade. **Objetivo:** Compreender a concepção de mulheres com deficiência física sobre a sua capacidade de gestar, parir ou cuidar de um filho. **Método:** Estudo exploratório, descritivo com abordagem qualitativa, realizado com 12 mulheres com deficiência física cadastradas em três organizações não governamentais de Natal (RN), Brasil. A coleta de dados ocorreu no período de abril a junho de 2014, por meio de entrevista semiestruturada, utilizando-se um roteiro constituído por questões sociodemográficas e uma norteadora. As informações obtidas seguirão os preceitos da análise de conteúdo conforme Bardin, seguindo a técnica de análise temática. Como referencial teórico-metodológico serão adotados os princípios do Interacionismo Simbólico proposto por Blumer e literatura científica correlata.

Descritores: Enfermagem; Saúde Reprodutiva; Serviços de Saúde Materna; Pessoas com deficiência.

SITUAÇÃO PROBLEMA E SUA SIGNIFICÂNCIA

A deficiência física é uma limitação que acomete indivíduos de diferentes classes sociais e independe do gênero. As pessoas com deficiência constituem 23,9% da população brasileira, dentre as quais 56,6% são do sexo feminino⁽¹⁾. Nesse universo, as mulheres enfrentam discriminação tanto por suas limitações quanto pelo seu gênero. Sob o olhar da sociedade, os papéis de esposa, mãe e cuidadora não são alcançados porque elas são vistas como incapazes de se relacionar sexualmente e, conseqüentemente, gerar filhos⁽²⁾. Tal fato é observado diante da limitação física e motora, já que esta é uma das deficiências que mais desperta na população a ideia de incapacidade do indivíduo.

Em contrapartida, quando a maternidade é desejada, a mulher com deficiência pode encontrar nesse evento uma possibilidade de comprovar que é capaz de exercer o papel social esperado e firmar sua identidade feminina. Para isso, elas necessitam se esforçar, demonstrando que são aptas a assumir a função e superar os estigmas ainda presentes na sociedade atual, possíveis de influenciar na sua decisão⁽²⁾.

Nesses termos a enfermagem, enquanto profissão que visa a promoção da saúde, exerce papel fundamental no sentido de assegurar os direitos das pessoas com deficiência como também a sua assistência, de modo a preservar sua autonomia⁽³⁾. No contexto, insere-se a saúde sexual e reprodutiva das mulheres com deficiência física. Assim, torna-se importante compreender a concepção que essas mulheres possuem sobre a maternidade, diante das influências recebidas e das barreiras sociais encontradas.

Com esse entendimento, espera-se contribuir na efetividade da assistência às mulheres com deficiência desejosas a desempenhar o exercício da maternidade.

QUESTÃO DE PESQUISA

Qual a concepção das mulheres com deficiência física sobre sua capacidade em gestar, parir ou criar um filho?

OBJETIVO

Compreender a concepção de mulheres com deficiência física sobre sua capacidade de gestar, parir ou cuidar de um filho.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e com abordagem qualitativa, realizada em três organizações não governamentais em Natal (RN), Brasil. Entrevistaram-se 12 mulheres com deficiência física que antederam aos seguintes critérios de inclusão: ser do sexo feminino com deficiência física, estar na faixa etária de 18 a 49 anos e afirmar a existência de características limitantes desde a primeira infância (zero a três anos). Foram excluídas as mulheres que apresentaram dificuldade para comunicar-se, deficiência múltipla e esterilidade. Ressalta-se que essa amostra atendeu ao princípio de saturação dos dados, ou seja, o número de participantes foi considerado suficiente quando as entrevistas não forneceram novas informações.

A coleta de dados ocorreu no período de abril a junho de 2014 por meio de entrevista não estruturada constando questões sociodemográficas e uma norteadora.

O tratamento das informações ocorrerá sob os preceitos da análise de conteúdo conforme Bardin, obedecendo à técnica da análise temática. Os dados serão analisados à luz dos princípios da teoria interacionista segundo Blumer, e discutidos de acordo com achados literários sobre

a assistência à saúde da mulher com deficiência no contexto da reprodução.

O projeto foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte conforme CAAE nº 27442814.7.0000.5537.

REFERÊNCIAS

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Br). Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE; 2012.
2. Nicolau SM, Schraiber LB, Ayres JRCM. Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. *Ciênc. saúde coletiva* [internet]. 2013 [Cited 19 May 2013] 18(3). Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n3/32.pdf>.
3. Baptista RS, Vieira NFC, Ximenes LB, Pagliuca LMF. An analysis on the legislation for disabled people: descriptive-exploratory study. *Online Braz J Nurs* [Internet]. 2010 [Cited 29 Jul 2014] 9(1). Available from: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/j.1676-4285.2010.2762/616>

Todos os autores participaram das fases dessa publicação em uma ou mais etapas a seguir, de acordo com as recomendações do International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE, 2013): (a) participação substancial na concepção ou confecção do manuscrito ou da coleta, análise ou interpretação dos dados; (b) elaboração do trabalho ou realização de revisão crítica do conteúdo intelectual; (c) aprovação da versão submetida. Todos os autores declaram para os devidos fins que são de suas responsabilidades o conteúdo relacionado a todos os aspectos do manuscrito submetido ao OBJN. Garantem que as questões relacionadas com a exatidão ou integridade de qualquer parte do artigo foram devidamente investigadas e resolvidas. Eximindo, portanto o OBJN de qualquer participação solidária em eventuais imbróglis sobre a matéria em apreço. Todos os autores declaram que não possuem conflito de interesses, seja de ordem financeira ou de relacionamento, que influencie a redação e/ou interpretação dos achados. Essa declaração foi assinada digitalmente por todos os autores conforme recomendação do ICMJE, cujo modelo está disponível em http://www.objnursing.uff.br/normas/DUDE_final_13-06-2013.pdf

Recebido: 13/08/2014

Revisado: 21/08/2014

Aprovado: 25/08/2014